

RESSURGIMENTO

AO SERVIÇO
DO

MOVIMENTO

DE

UNIDADE

NACIONAL

ANTI-

FASCISTA

N.º 5

Sumário

Uma política de abdicação nacional . . .	2
Embaixada a Roma	5
Uma deficiência nas festas da cidade . . .	6
Capital estrangeiro e seguro nacional . .	7
A emigração e as mentiras que a rodeiam	10
Aproximações expressivas	12
Uma vitória parcial	13
Notas da vida internacional	14
Quem são eles	16

Setembro de 1947

2\$50

5 de Outubro de 1910: A vitória pela unidade!

5 de Outubro de 1947: A unidade para a vitória!

UMA POLITICA DE ABDICAÇÃO NACIONAL

A nota officiosa de 14 de Junho, pela qual o governo de Salazar demite ou passa à reforma alguns dos homens de ciência de maior valor do nosso país, assim como oficiais superiores e subalternos do Exército e da Armada, estabelece a entrada da política reaccionária e anti-nacional de Salazar numa nova fase agressiva. Não que se mostre nela qualquer coisa fundamentalmente nova, que indique que o governo teve em conta situações que dantes não se lhe haviam mostrado, não compreendiera ou não quizera compreender. Nada disso. Os objectivos da política Salazarista permanecem terrivelmente constantes, no mesmo afã de escravizar Portugal, moral, económica e politicamente, ao domínio duma minoria egoisticamente anti-nacional. Apenas, o que mudou de novo, mais uma vez, foi a decisão, o método com que se desenvolve a luta de sempre contra os que prosseguem na luta secular pela vida e pela felicidade do nosso povo; contra todos os que pela sua mentalidade, pela sua cultura, pela sua actividade espiritual, representam um esforço por uma vida melhor para a Nação, um impulso para mais felicidade, mais cultura e mais dignidade para o povo a que pertencem.

Perguntar-se-á: mas para que resolveu Salazar escolher este momento para dar mais vigor, mais escandaloso ruído à ofensiva que, já há meses, iniciara contra a Nação na pessoa dos seus mais expressivos defensores, os democratas portugueses? Porque deixou Salazar a ofensiva silenciosa, golpe aqui, golpe acolá, pela calada, traiçoeiro e reptiliano? Porque, contra os seus hábitos e maneira de ser, veio publicamente revelar em extensa "nota officiosa" que grandes nomes da ciência portuguesa, que oficiais da mais elevada categoria na Armada e no Exército, eram, após vinte anos de selecções e perseguições, um perigo para o seu regime? Porque foi forçado a declarar que estes eram uma parte dos discordantes ou conspiradores contra a sua política, e, infeliz arauto da sua invisível "democracia orgânica", teve de anunciar que, contra as suas próprias leis e promessas de Outubro de 1945, deportaria ou fixaria residência dentro e fora do país a todos os que entendesse mesmo que judicialmente isso não pudesse ser feito?

Todas estas perguntas terão uma fácil resposta se atentarmos nas condições em que tem vivido o nosso país quer interna quer externamente.

Internamente, o movimento de opposição ao salazarismo expresso legalmente pelo MUD e pelo já glorioso MUD Juvenil, o movimento oposicionista clandestino dirigido superiormente pelo Conselho de Unidade Nacional Anti-Fascista e integrado pelos vários partidos e organizações que Salazar poz fora da "sua lei", a acção reivindicativa de todos os que sofrem as consequências do regime corporativo, nas suas oficinas, nas suas courelas, no seu comércio ou nos seus ganhos - mostraram que o povo português não abdica de viver, sabe que na luta unida está a garantia da vitória final, e não se deixa desmortejar pelo ambiente derrotista que Salazar, com as suas perseguições, a sua polícia secreta, o seu Secretariado de Propaganda e a imprensa às suas ordens ou ao seu soldo, procura criar. Daí para Salazar a necessidade de entrar mais a fundo, de infligir mais duro golpe, que desorientasse, que disperse os opositores da sua política anti-nacional e, como não pode ferir toda a maior parte da Nação, daí a entrada em acções que atemorizem, façam vacilar e desunam os elementos mais combativos dos seus adversários.

Externamente Salazar julgou encontrar-se num momento em que a reacção começaria a levantar firmemente cabeça pela Europa e portanto em condições óptimas para que a moderação "democrática orgânica" de que vinha a dar provas pacientes desde Outubro de 1945 - cedesse o passo a uma acção mais violenta que contivesse os democratas portugueses e levassa a maioria do nosso povo o desalento descoroçoante da derrota.

Em síntese: internamente, surgia-lhe a necessidade da repressão; externamente, julgava existirem condições para essa repressão. Porém Salazar, o astuto político, enganava-se mais uma vez; enganava-se como todos os que querem enganar a marcha da História. Enganava-se porque internamente não havia condições para que a sua repressão desse os resultados que esperava, recorresse ele a demissões, prisões ou deportações sem julgamento como fez com os jovens operários que enviou para o Terrafal, para o Campo da Morte Lenta. Enganava-se porque externamente a situação não era como a julgara e, pelo contrário, apesar de todas as manobras, de todos os conluíus, dos mais estranhos aos mais inocentes, apesar dos restos de fascismo que desesperadamente, em todos os países, procuram criminosamente levar o mundo a uma nova guerra mundial - a verdade é que, por toda a parte, os povos regidos pela democracia procuram restaurar a sua vida ofuscada pelo nazismo e pela reacção mundial. Enganava-se porque, contra todos os desejos dos inimigos da paz, miseráveis sem Pátria que, na sua maior parte tinham vendido os seus países a Hitler, o entendimento dos vencedores gloriosos do fascismo mundial continuou, apesar de todas as dificuldades e, firmado no movimento mundial pela paz contra o fascismo, não conduzirá à guerra que tão criminosamente atacam os fascistas de todo o Mundo e a cujo respeito Salazar disse que não podia ficar neutro.

Porém Salazar se se engana, nem por isso é menos cauteloso e, sempre providente não quiz (porquênão pode) ir tão longe na repressão, como ia no período aureo em que o fascismo parecia engolir o mundo e em que o povo português se encontrava desunido para lutar com a amplitude necessária. Dai, que Salazar não seja, não possa ser inteiramente coerente com a doutrina da "neutralidade oficiosa", não possa demitir, reformar, prender, deportar e expulsar do País todos os que nele cometem o crime de amar o Bem Comum, apesar de todo o terror que Salazar desencadeia.

É certo que Salazar não desanima, Salazar não desiste de encontrar processos de combater os patriotas portugueses. E para isso não conta só com o terror, com o medo dos mais hesitantes ou tímidos, com a campanha sistemática das mentiras da sua propaganda. O arsenal salazarista tem outras armas e por isso, desde há uns meses, Salazar vem retomando um antigo engenho de guerra: a divisão no campo anti-fascista. Para isso, multiplicam-se as tolerâncias, comprometedoras na sua intensão, para os que as aceitam; chegam as combinações, as manobras de falsas conspiratas, ou de sinceros conluíus em que uma das partes não vê aonde a querem levar. Numa palavra, Salazar procura criar a oposição benévola, tolerante, que da oposição se transforme em cúmplice, e de benévola e tolerante para o fascismo, passo a violenta e agressiva contra os anti-fascistas. Quer dizer: Salazar entra, desse modo, decididamente na política a que chama de "frente nacional" e, pouco assisadamente, volta como antes a clamar: "Os portugueses, todos somos poucos para salvar Portugal."

Não podia ser mais infeliz Salazar, ao tentar chamar a si habilitosamente a palavra de ordem que, praticamente, os anti-fascistas portugueses vêm realizando há muito ou proclamando como uma necessidade.

Perque, como poderá ser isto - "salvar Portugal?"

Salvar Portugal - depois de 21 anos de governo que pretende ser de salvação nacional, de "ordem", de tranquilidade, de continuada competência! Salvar Portugal, 21 anos depois de uma situação que era difícil mas não era de ruína, porque o País apesar de todas as dificuldades, já havia passado o momento crucial da crise de após ~~xxxxxx~~ a primeira guerra mundial!

21 anos e, ainda agora, ir salvar Portugal e para isso necessitar o apoio de todos os portugueses (que não são poucos) quando nós vemos países como a Noruega, a Dinamarca e a Holanda, que sofreram a guerra e a ocupação mais brutais, governadas pelos "caducos" regimes democráticos, poderem, no intervalo de dois anos apenas, conseguir a ajudar a mater a fome do povo português, tão "felizmente" regido pelo "são" e vigoroso fascismo de Salazar!

21 anos e, depois deles, verificar que Portugal precisa de ser salvo e, contudo, vemos que a França, derrotada em 1870 pela Prússia, estava 19 anos depois, em 1889, quando do centenário da Grande Revolução, no auge do seu poderio, apesar de os meios técnicos de então serem muito inferiores aos actuais e de a França ser governada pelo "caduco" regime democrático! 21 anos, e precisar de salvar Portugal, quando, apesar de todas as suas fraquezas, o liberalismo monárquico ponde ir da desastrosa situação deixada por Costa Cabral, depois de quase 20 anos de guerra civil e levantamentos militares, para o período de prosperidade nacional, no tempo de D. Luiz, exactamente em 20 anos!

Quando a República ponde, em quatro escassos anos, ir da miséria e desorientação em que os últimos reinados tinham lançado o País (apesar das advertências de alguns monárquicos honestos), para a situação de prosperidade que o País alcançara em 1914 quando a primeira guerra mundial veio desilibrar toda a vida nacional e incitar as forças dos inimigos da Democracia 21 anos de ditadura fascista, e é preciso, ainda, salvar o País - não pode haver melhor qualificação para o regime salazarista. E, nunca, Salazar foi tão verdadeiro: na realidade preciso salvar Portugal! Todos somos poucos para salvar Portugal!

Agora, Salazar deu mais um passo no caminho anti-nacional por onde tem conduzido o País. Uma terra onde tudo está por fazer, em que os homens de ciência, os técnicos escasseiam, Salazar, por puro ódio político, sofredamente agarrado ao poder, expulsa da vida científica nacional, dos seus laboratórios e das suas escolas, alguns dos homens de maior valor da ciência portuguesa, uns na plena posse de um método de trabalho, alcançado após dezenas de anos de bons serviços à Ciência, outros, novos, apetrechados numa aprendizagem feita nos melhores centros estrangeiros, com obras que são a garantia de que poderiam fazer pelo levantamento da vida material e cultural do nosso País. Nesta sinistra abdicação de valores nacionais, Salazar, também aqui entrega de pés e mãos o nosso País. Economicamente, após 21 anos de campanhas de trigo, Juntas de Colonização, Organização Corporativa, coordenação económica, etc., etc., vivemos do que nos podem ou querem mandar a Dinamarca, a Holanda, a Noruega e os Estados Unidos, países todos eles de Democracia, melhor ou pior. Culturalmente, se assim continuarmos não estará longe o dia em que Portugal tenha de contratar professores estrangeiros, se antes não preferirem os governantes fascistas que Portugal, como certos países coloniais, tenha escolas, médicos e técnicos de missões estrangeiras que aqui venham dirigir o nosso povo, reduzindo ao papel das bestas de carga a que conduzia a Nova Ordem hitleriana.

Porém, Salazar, repetimos, enganou-se. Contou com tudo menos com o povo. Os ditadores costumam não contar com o povo, e por isso, Salazar não viu que, externamente, as coisas não caminhariam como pensava, porque o povo continua nos vários países, a lutar contra as manobras reacconárias e guerreiras dos restos do fascismo. Não viu que, internamente, a situação continua sem solução e que não é com o terror "moderado", que apesar de tudo tem que usar; não é com a errada, anti-económica e, no fundo, anti-nacional política da "última hora" do Ministro da Economia que conseguirá quebrar a unidade (que se deseja sempre mais forte e em acções mais amplas e persistentes) dos democratas portugueses, agrupados e dirigidos pelo MUD; que alcançará vencer o ímpeto magnífico do MUD Juvenil, guia e defensor da Juventude portuguesa; que obterá a diminuição do esforço abnegado e, tantas vezes heroico dos partidos e organizações clandestinas, coordenado e dirigido superiormente pelo Conselho de Unidade Nacional.

Salazar disse bem: "Os portugueses, todos somos poucos para salvar Portugal." Esqueceu-se de acrescentar: da ruína, da incultura, da dependência a que o conduziu 21 anos de abdicação nacional!

-L-L-L-L-L-L-L-L-L-L-L-L-L-L-L-L-L-

=====

EMBAIXADA A ROMA

O envio de uma embaixada de pessoas das mais cultas da população de cor, até Roma, está em inteiro contraste com a política racista do Governo, que também nisso falseia os sentimentos de fraternidade humana, não racista, do povo português. Esta súbita exaltação das pessoas de cor e a sua exibição, passeando-as até Roma, como se fossem animais raros, constituem não só um insulto à dignidade desses homens cultos, como não corresponde aos sentimentos racistas do Estado Novo. Podemos citar factos:

-Quando a Revista "Mundo Português", patrocinada pelo Estado, trouxe há tempos à Metropole os estudantes coloniais, houve o cuidado de não incluir entre eles os estudantes de cor. Só vieram brancos. Não admira, estava-se em plena guerra, e a estrela do nazi-fascismo ainda não declinava! Esta e outras medidas não deixaram de ter repercussão em certos meios coloniais, lançando-lhes a semente dos preconceitos racionais; o que conduziu, pelo menos em Angola, como é do nosso conhecimento, ao suicídio de alguns naturais instruídos.

-Já anteriormente uma agremiação regionalista - a Casa do Minho, de Lisboa - estabeleceu nos seus estatutos que não podiam ser seus associados as pessoas de cor.

-Há pouco mais de tres anos, foi estabelecido por decreto que "os oficiais do Exército não podiam casar com senhoras de cor."

Isto não acontece por acontecer. É o reflexo do pensamento dos que governam. Não é o reconhecimento do justo valor dos homens de cor e a sua igualdade com os brancos que interessa ao Governo, quando existem decretos como o acima está citado. Mas como no mundo de hoje os ventos não correm propícios aos países possuidores de colónias, o Estado Novo joga ao vento a isenção e a ausência do ódio de raça do povo português como se se tratasse de obra sua.

Os homens de cor não consideram seus representantes aqueles que foram a Roma, na peregrinação, que, mais que um fim religioso, teve uma finalidade demagógica destinada a encobrir ruidosamente a má política colonial do Governo. Os homens de cor sabem que só na Democracia poderão os povos da Metropole e das Colónias encontrar a possibilidade de verdadeiramente colaborarem e terem os mesmos direitos dos portugueses do Continente!

NOTA DA REDACÇÃO: (Aos Portugueses honestos das Províncias Ultramarinas)

O artigo precedente foi escrito por um anti-fascista de cor. RESSURGIMENTO acolheu-o com alegria e convida desde já a colaborarem nas suas colunas todos aqueles honestos cidadãos, naturais das nossas várias Províncias Ultramarinas que estejam sinceramente interessados pelo progresso e pela emancipação social e económica dos povos dos respectivos países de origem - progresso e emancipação esses que o Povo Português tem a consciência de serem os objectivos principais da sua missão colonizadora, tão atrelada e contrariada pelo regime fascista português durante estes 21 anos de opressão política sobre os povos do continente e do Ultramar.

O Povo Português, tão duramente castigado por esta prolongada opressão, enquanto luta tenazmente pela sua libertação, que já vem próxima, não pode esquecer a opressão - ainda mais odiosa e dura - a que o EN.fascista tem submetido os Povos Irmãos das Possessões Ultramarinas Portuguesas e não a esquecerá certamente depois de conquistada a sua liberdade, porque sabe bem que "não pode ser considerado livre um Povo que oprime ou ajuda a oprimir outros Povos". O Povo Português pensa que a sua missão colonizadora não é a de mantermum lamentável estado de atraso os povos coloniais para melhor os oprimir e expoliar - como tem feito o fascismo - mas a de fraternalmente contribuir para o seu

UMA DEFICIÊNCIA NAS FESTAS DA CIDADE

Na sua política desorientadora e demagógica de grandes festas e maiores despesas, o Estado Novo salazarista, está a espremer o melhor do seu já visto e revisto reportório, na comemoração dos oito séculos da história portuguesa de Lisboa. Iluminações, marchas, exposições, cortejos históricos, fogos de artifício, desfiles de pescadores, um nunca acabar de espaventos e de muitos milhares de contos esbanjados. Contudo, apesar de preparadas com um ano de antecedência, por uma luzida coorte de sábios, técnicos, propagandistas e literatos, esqueceu uma coisa a que não aludiram as conferências, as marchas, o Cortejo histórico ou os mil e um artigos de jornal e folhetos publicados sobre as comemorações centenárias. Queremos referir-nos ao papel de Lisboa, do povo de Lisboa, na luta pela liberdade, pelo bem estar e pela independência do nosso País.

Não vimos uma palavra sobre assunto tão "desagradável" para aqueles que nos regem, mas motivo de orgulho para todos os bons filhos de Lisboa e de Portugal.

Senhores olisipógrafos, senhores propagandistas: não achais que seria um ótimo tema para os vossos desfiles, para as vossas exposições? O povo de Lisboa com Fernão Vasques à frente impondo a sua vontade a um rei; mais tarde, assaltando o Paço e levando a cabo a revolução do Mestre de Avis; morrendo heroicamente de fome no cerco de Lisboa; trabalhando afanosamente na Ribeira das Naus; apoiando o Prior do Crato; lutando contra os castelhanos em 1640; combatendo contra os miguelistas e sofrendo a dureza dos cárceres e os rigores das forças de D. Miguel; apoiando Passos Manuel; vibrando de indignação nacional quando do Ultimatum; proclamando a República em 1910; trepando a insano em 1919; desfilando em massas apoteóticas e inolvidáveis nos dias felizes e gloriosos de 8 e 9 de Maio de 1945, nos dias da Vitória mundial Democracia sobre o fascismo; quereis melhor?

Infelizmente os sábios muito "objectivos" e muito sabedores das ninharias várias desta Lisboa, "esquecem-se" sempre destas pequenas coisas...

progresso económico, social e político, ajudando os indígenas e os colonos honestos. E pensa-o não por simples sentimentalismo, mas porque vê que assim o exige o próprio interesse Nacional: se as Províncias Ultramarinas necessitam do auxílio e da colaboração da Metrópole nesta primeira fase do seu progresso, também é verdade que aquelas Províncias, com as suas imensas riquezas naturais, podem prestar à Metrópole uma ajuda económica que é essencial à vida desta.

Para tornar-se evidente que esta ajuda económica será maior e mais eficiente quando tiver sido elevado ao máximo o rendimento da exploração de tais riquezas naturais e isso só se consegue na medida em que os próprios povos nativos e os nossos colonos estiverem interessados nessa mesma exploração, na medida em que eles tiverem a garantia de que a elevação daquele rendimento não redunde em benefício exclusivo dum grupo reduzido de gran-

des empresas coloniais, mas também, e principalmente, em seu próprio benefício. Porque as imensas riquezas naturais do chamado Império Colonial Português chegariam à vontade - quando bem aproveitadas - para beneficiar todos os povos desse mesmo Império, sem excepção!

Por isso as relações entre o Povo da Metrópole e os Povos das nossas Províncias Ultramarinas - indígenas e colonos - têm de assentar sobre uma base de leal cooperação e ajuda mútua, em perfeito pé de igualdade! Por isso ~~xxxxxxxxxxxx~~ se torna necessário que os patriotas do Continente e do Ultramar se conheçam melhor uns aos outros para melhor poderem unir os seus esforços. Por isso nos dirigimos aos portugueses honestos das Províncias Ultramarinas Portuguesas pedindo-lhes que venham, nas nossas colunas, expor as suas opiniões, descrever os problemas e as aspirações dos povos dos seus países de origem!

Capital Estrangeiro e Seguro Nacional

É verdadeiramente alarmante a penetração que os Capitais Estrangeiros estão conseguindo, há anos a esta parte, na vida seguradora nacional, com manifesto prejuízo da nossa Economia. Esta penetração têm-se feito subterraneamente, sobretudo pela aquisição da maioria das acções de algumas importantes Companhias de Seguros, hoje só portuguesas no nome. Por outro lado, é facilitada pelo aliciamento de personalidades de destaque nos quadros dirigentes do fascismo salazarista e pela aliança com a Alta Finança e a Grande Industria reaccionária que ocupam posições chaves na vida económica nacional.

No quadro seguinte apontam-se os nomes das Sociedades actualmente controladas por estrangeiros, e dão-se alguns números elucidativos da sua convergência e da sua actividade, no periodo que vai de 1942 a 1945 (valores em contos):

Nome das Companhias	Capital em 31/12/1945	Capital Reservas 31/12/45	Lucros de 1942/45	Dividendos e Gratific. 1942/1945	Receita arrecadada 1942/945
Continental de Resseguros	2.500	3.031	921	407	27.809
Europeia	3.000	5.898	3.444	1.161	87.481
Portugal	600	2.109	375	-	8.093
Portugal Previdente	1.000	5.283	1.806	183	32.972
Sociedade Portuguesa d Seguros	2.000	5.059	2.315	1.323	60.197
Trabalho	5.000	7.072	2.771	691	75.537
Total	14.100	28.452	11.632	3.764	312.089

O capital destas Companhias excede 10% do total das Companhias Nacionais e a sua receita não andarão longe de 20% da que é arrecadada pelo conjunto destas. Quanto aos lucros, os números insertos no quadro ficarão, porventura, aquém da realidade, por dois motivos:

- 1ª. Porque certos administradores estrangeiros devem comer uma parte de leão, antes do apuramento dos lucros, sob a forma de honorários e comissões;
- 2ª. Porque a maior parte da receita é transferida, em resseguro, para grandes empresas estrangeiras, as verdadeiras donas, as quais orientam este negócio de acordo com os próprios interesses, sem que os resultados transpareçam das contas portuguesas.

Interessa agora investigar a nacionalidade das várias sociedades e quais as pessoas que, em Portugal, se prestam a servir de capa e de instrumento ao capital estrangeiro, para este espoliar o nosso País:

CONTINENTAL RESSEGUROS

Esta resseguradora pertence à Companhia de Seguros "Preservatrice", francesa e com ramificações em Espanha, e que em Lisboa é representada por José Maria Sunyer (francês) e Claudio Forcada (espanhol). No Conselho de Administração da Companhia figuram, além daqueles dois estrangeiros, os portugueses Albano Castelo Branco, António de Mantero e Edmundo Batalha Reis.

EUROPEIA

Dominam a Europeia os irmãos Millet Maristany, espanhóis. Ao Conselho de

Administração pertencem, além de um dos Millet, o Comandante Alvaro de Freitas Morna, antigo Governador Geral de Angola e actualmente membro da Câmara Corporativa e do Conselho do Império, e o serviçal Francisco Rodrigues Marques. No Conselho Fiscal pontifica o Dr. Joaquim Saldanha, director das Cadeias Civis de Lisboa, monárquico reaccionário e deputado à Assembleia Nacional.

PORTUGAL

=====

É controlada pela Companhia de Seguros inglesa, "Pearl Assurance", que também cá tem uma Agência Geral, e na sua direcção aparecem os ingleses Courcy Slee e Williams Frazer, acolitados pelos portugueses Carlos de Macedo, Joaquim Macedo da Fonseca e Teófilo de Magalhães. Constituem o Conselho Fiscal, Gastão de Melo Matos, Luiz Vaz Spencer e Norberto de Magalhães.

PORTUGAL PREVIDENTE

=====

É possuída pela Companhia Italiana "Adriática", que até há pouco se encontrava representada pelo Dr. Monselvio. Formam actualmente o Conselho de Administração o Engenheiro Naval Raul Cesar Ferreira e o advogado dr. Vitor Santos.

SOCIEDADE PORTUGUESA DE SEGUROS

=====

A maior parte das acções da Sociedade Portuguesa de Seguros pertence à "Compagnie d'Assurances Générales", francesa. Tem fortes ligações nos vários sectores da actividade nacional, como o exame da constituição dos seus corpos gerentes nos vai demonstrar. Assim, temos no Conselho de Administração, servindo de presidente, o grande capitalista Rodrigo Peixoto, figura preponderante na Companhia dos Telefones. O Administrador delegado é o francêz Charles Simulin, imagem perfeita e acabada do aventureiro internacional. Segue-se o dr. Bustorff Silva, advogado e capitalista, fascista dos quatro costados, com assento nalgumas das principais empresas do país (basta referir os Banco Lisboa e Açores e a Empresa Geral de Transportes). Conhecem-se as intervenções deste reaccionário na Assembleia Nacional, onde se apregoa com peão do Nacionalismo o que, como estamos vendo, não o impede de auxiliar abertamente a exploração do capital alheio.

Outro Administrador é Jaime Bettencourt de Vasconcelos Thompson, magnate da Companhia Nacional de Navegação. Completam o quadro o almirante Guilherme Ivens Ferraz, Henrique Van der Vurst, um pomposo e cabotino visconde de Botelho. No Conselho Fiscal surgem os contratados Fernando de Oliveira Belo, Carlos Clavel do Carmo (da Casa Clavel, do Porto), João Monteiro de Oliveira e Silva, Luiz Câmara Pina e José Vilhena de Loureiro e Vasconcelos.

Assim amparada por uma chusma de "nacionalistas ferrenhos" vai a Sociedade Portuguesa de Seguros servindo interesses estrangeiros. Ultimamente, ao que consta, adquiriu outra Companhia de seguros portuguesa, "A Metrópole". Não nos admiraremos se algum capital francêz, animado por todas estas facilidades procurar em Portugal terreno adequado à sua exploração. Cá estarão os Bustorff Silva e quejandos para o apadrinhar.

TRABALHO

=====

A Companhia de Seguros "Trabalho", propriedade de espanhóis (Juan Cantalapiedra é o maior accionista). São do domínio público os processos de concorrência desleal, sem escrúpulos, utilizados por esta Companhia, e a sua administração crapulosa. Pois no Conselho de Administração de "Trabalho" pontificam, além do citado Cantalapiedra: atrás da cortina Gil Robles, conhecido político reaccionário espanhol, apaniguado da Companhia de Jesus, antigo

governo português. Recordemos a notável actividade dos portugueses anti-fascistas do Brazil, da França e o desenvolvimento que está a tomar a luta anti-fascista nas colónias portuguesas. O ministro fascista desmascara-se quando fez publicar o artigo no DN de 27/3: "cabe-nos o dever de escolher com escrupulo aqueles que para lá forem exercer qualquer actividade...". A manobra é, porém, posta completamente a nu, quando a 8 de Abril a imprensa publica a constituição da comissão nomeada para estudar os "principios e as disposições relativas à protecção do emigrante português e ao condicionamento da emigração autorizada". Eis os membros dessa comissão: Drs. Mário Matias, adjunto do Director Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior (Presidente), Raul Pena e Silva, Director geral do Comércio, Alexandre Ribeiro da Cunha, chefe de repartição do INTP, José de Lima Santos, chefe de repartição das Questões Económicas do Ministério dos Negócios Estrangeiros e TENENTE ANTONIO VIEIRA DE CASTRO E SILVA, INSPECTOR ADJUNTO DA POLICIA POLITICA DE SALAZAR.

3)-REACÇÃO CONTRA A MEDIDA TOMADA NO BRAZIL CONTRA A EMIGRAÇÃO

Ainda que não fosse dito claramente que o decreto-lei era uma resposta à medida tomada pelo Brazil fechando as suas portas à emigração, descobre-se facilmente a influência que a medida tomada pelo Brazil teve na formação daquele documento. Basta ler os extractos da entrevista concedida no Rio de Janeiro pelo diplomata Samuel de Sousa Leão Grácio, novo embaixador do Brazil em Portugal; as declarações do deputado Cardoso Miranda na Assembleia Constituinte; extractos da entrevista concedida a O GLOBO por Teotónio Pereira e por último as palavras do ministro do Interior na entrevista dada ao DN em 5/6/947.

O BRILHANTE FECHO DA MANOBRAS DO MINISTRO FASCISTA - CONCLUSÃO

O ministro fascista pretendeu com a manobra do decreto-lei, como julgamos haver demonstrado, atingir tres pontos importantes: reagir contra a medida tomada pelo Brazil; estabelecer um

controle severo, sob o olhar vigilante de um inspector da policia politica, de todos os portugueses que vão para o estrangeiro; aumentar a mão de obra branca nas colónias, provocando, desse modo, o barateamento do preço na aquisição dessa mesma mão de obra. Foi este último ponto que o ministro fascista pretendeu atingir em cheio, quando das últimas levas de emigrantes para as colónias portuguesas, as expensas do Ministério das Colónias. Como sempre, sem se dar o menor conhecimento à Nação das medidas tomadas, o DIARIC DE NOTICIAS de 17 de Maio noticiava que a bordo do LOCAIEDES embarcaram com destino, especialmente, a Angola e Moçambique, cerca de 800 colonos. A 21 do mesmo mês, a imprensa noticiava a partida de mais 300 trabalhadores a bordo do QUANZA. O DN escrevia: "Após este grupo de colonos, que voluntariamente se inscreveram no Ministério das Colónias com o sentido perfeito de quanto valem e das possibilidades que oferecem os territórios portugueses de além-mar...". O ministro das Colónias, em nome do Presidente do Conselho, deseja boa-viagem aos colonos, dizendo-lhes: "Vós ides com colocação assegurada com a garantia de um regresso, caso não vos satisfaça a vida que ides encontrar." Incumbe-nos desmascarar esta infame manobra do governo fascista português. A exemplo da primeira leva organizada há anos pelo mesmo governo fascista, estes colonos vão para as colónias, sem nenhuma protecção, acompanhados unicamente por uma "carta de chamada", geralmente falsa (o DN publica algumas vezes anúncios de individuos oferecendo dinheiro a quem lhes arranje uma carta de chamada para as colónias). A "colocação assegurada", a que se refere o ministro fascista, é a "carta de chamada" fictícia; a "garantia de um regresso", a que se refere o ministro fascista, é a obrigatoriedade das entidades patronais ou o responsável da "carta de chamada" terem de repor no continente os empregados que despedirem com menos de um ano de trabalho na colónia. Ainda hoje lá existem colonos da primeira leva vivendo miseravelmente. As autoridades locais sabem perfeitamente que estes portugueses

APROXIMAÇÕES EXPRESSIVAS

Segundo o relatório do Banco de Portugal de 1946 (em estudo e quadros da situação económica e financeira do País após as duas guerras mundiais), no ano de 1920 houve um deficit nas contas públicas de 188.200 contos, importantíssimo se nos lembrarmos do valor da moeda de então. Para contraste, apresentam-se os superavits de 1939 e 1945 respectivamente de 133.600 e 58.000 contos. Não faz o Banco apreciações das causas de tão vivo contraste. Faremos nós as apreciações devidas, reproduzindo em primeiro lugar, o seguinte quadro:

	1920	1939	1945
Receitas totais cobradas	263.700 c.	2.530.500 c.	3.983.800 c.
Despesas totais pagas	451.900 c.	2.396.900 c.	3.925.800 c.
Saldo efectivo	- 188.200 c.	+ 133.600 c.	+ 58.000 c.

Aceitemos, como dizem os salazaristas que a "desordem democrática", etc. etc (o problema é bem mais complexo) fazia que não se aproveitassem convenientemente as verbas que se aplicavam nos vários capítulos de despesas nacionais; aceitemos (por absurdo) que, pelo contrário são agora esplendidamente aproveitadas e façamos um novo quadro corrigido:

	1920	1939	1945
Receitas totais cobradas	100	959	1.510
Despesas totais pagas	178	908	1.488
Saldo efectivo	- 78	+ 51	+ 22

Isto quer dizer que enquanto as despesas aumentaram, em relação a 1920, (1 vez em 1939, as receitas aumentaram 9,59 vezes. Em 1945, as despesas aumentaram 8,35 vezes, enquanto as receitas aumentaram 15,1 vezes. Daqui, uma conclusão que parece razoável: aceite o princípio de que foi uma "sã administração financeira" que permitiu a situação actual, haverá que concluir-se que os "desperdícios" antigos são, agora, bem aplicados e daí, que é sobretudo ao aumento das receitas, que se deve a realidade financeira actual. Por outro lado, não há que esquecer que, segundo os dados do mesmo relatório, reduzidas a dólares as contas públicas daqueles anos, teríamos o seguinte quadro mais expressivo ainda:

	1920	1939	1945
Receitas totais	24.644.859	92.394.457	159.735.364
Despesas totais	42.233.644	87.516.430	157.409.783
Saldo	- 17.588.785	+ 4.878.027	+ 2.325.581

Isto quer dizer que foi o aumento brutal das receitas que estabeleceu a diferença da situação financeira a que alude o Banco de Portugal e de que faz constante gala a propaganda fascista.

NOTA - A redução a dólares tem de sofrer uma correcção, dado que, no intervalo, o dólar desvalorizou-se, coisa a que não alude o relatório do B.deP., no seu afã de elogiar o E. Novo, sob capa de "rigorosa" objectividade.

=====

não podem competir com a mão de obra indígena, mais barata e, tecnicamente, suficiente para, as exigências da colónia. Onde está, portanto, a protecção dada pelo governo ao emigrante, além das passagens fornecidas gratuitamente? A resposta é-nos dada pelo ministro do Interior, na entrevista concedida ao DIÁRIO DE NOTÍCIAS, em 5/6/47, num cinismo infame de quem esgarça miseravelmente as condições em que vive o povo português: "Protegeremos, pois, o nosso emigrante, assegurando-lhe, SE NÃO AS PROBABILIDADES DE ÊXITO NA SUA EMPRESA, pelo menos a defesa contra as especulações e amparo nas eventuais dificuldades em que venha a debater-se nos países que pro-

curar". Com o intuito de ostentar cartazes de propaganda o governo fascista pretende, assim, fazer ver ao mundo que tem um verdadeiro interesse pela fixação dos colonos em terras africanas, e que lhes dispensa, ainda, uma protecção eficaz. Nós gritamos bem alto a todos os portugueses a infâmia desta burla. Na realidade o governo fascista não dispensa a mínima protecção aos colonos que agora enviou para as nossas colónias. Essas medidas seriam úteis, desde que os colonos pudessem dispor de terras para cultivar e de ajuda técnica e auxílio financeiro. Ora não é esse o caso, visto o governo fascista pretender unicamente fazer o jogo dos fascistas coloniais.

UMA VITÓRIA PARCIAL

Em 14 de Junho, o governo fascista de Salazar, governo de discórdia, de empobrecimento do país, e de abdicação nacional, numa fúria incontrolada, que resulta da sua incapacidade de dominar os acontecimentos, expulsou das suas escolas e dos seus laboratórios, alguns dos nomes mais ilustres da Ciência Nacional. Juntamente com eles, foram igualmente expulsos do Exército e da Armada, oficiais de elevada patente, contra quem o governo não se sentiu com forças ou autoridade moral para levantar um processo.

Agora, passados tres meses, o governo vem declarar em público que tendo em conta os seus "recursos" perante tal decisão, resolve reintegrar quatro desses professores, nos seus cargos.

Esta decisão governamental não tem sido suficientemente compreendida por muitos anti-fascistas que, pretendendo-se com os aspectos mais superficiais de tal medida, não veem o que ela representa, o que a determinou e quais as intenções do governo.

Para com toda a serenidade e objectivismo podermos achar resposta para as questões que antes levantamos, será necessário recapitularmos alguns factos.

Logo a seguir às demissões, uma primeira medida se impunha a todos os demittidos; encontrarem a formula comum de reclamarem junto do organismo legal competente contra a decisão governamental, que era uma arbitrária, odienta medida de represália politica, de ódio pessoal, de incompatibilidade entre a cultura portuguesa e os seus inimigos. Infelizmente, nem todos os atingidos pelas decisões salazaristas, compreenderam assim e os "recursos" ou não se fizeram ou foram feitos individual e desligadamente. Foi, então, alegada por muitos dos que se desinteressaram de interpor "recurso" contra as expulsões - a inutilidade de tal "recurso".

Desligados de uma vida politica intensa, raciocinaram em moldes que a vida politica não comporta. Aplicaram aos actos de Salazar uma lógica que o fascismo não usa. Generalizaram as violências, os atropelos à lei que, diariamente, são cometidos pelo governo e pelos seus acólitos e concluíram que era inutil, era perder tempo e dar importância ao fascismo, acreditar na "sua lei, que ele constantemente desrespeita.

Esqueciam, porém, que Salazar não pode, por mais que queira, ser alheio ao que vai pelo país e pelo mundo. Não pode dispor de todos os homens como dispõe de alguns e, por isso, contra sua vontade, é forçado a tomar posições contraditórias, a abrir brecha, embora por agora, possa mais ou menos escolher a linha de menor resistência onde possa ceder.

É que os "recursos" não apareceram sózinhos na Presidência do Conselho. Juntamente com eles apareceram várias noticias. Uma diziam que em vários pontos do País, apareciam manifestos falando na violência e ilegalidade das expulsões. Outras falavam de diligências que se realizavam no campo intelectual no sentido de protestar contra tais violências. No estrangeiro, o rádio e alguns jornais noticiavam esse novo ataque do fascismo à cultura nacional. Entre os próprios elementos que apoiam Salazar, mas não encontram totalmente cegos pelo ódio, manifestavam-se discordâncias, incompreensões quanto à "justiça" de tais medidas.

Isto quer dizer que embora, incompletas, muito menos vigorosas e extensas do que podiam ter sido, as manifestações contrárias às expulsões, adquiriram uma força que Salazar não pôde ignorar. Por isso, e tendo em vista, por outro lado, criar uma situação que os seus agentes e os que se prendem à superfície das coisas; HAVIAM DE EXPLORAR NO SENTIDO DE CRIAR A DESUNIÃO, a incerteza no campo dos intelectuais anti-fascistas, Salazar resolveu reintegrar quatro dos que haviam apresentado "recurso". Desse modo procurava mostrar que o seu poder não era arbitrário, antes se norteava por princípios de justiça que se praticavam, mesmo quando disse pudesse sofrer o pres

tigio mais imediato do governo. Ora a verdade é que o governo não tomou as medidas tão graves para a sua vida política, como as expulsões, sem ter pensado bem o que ia fazer. Como é verdade que não voltou atrás, ainda que parcialmente, na execução delas, sem ter fortes motivos. Isso nos mostra como se devem continuar a multiplicar as diligências, os protestos, os "recursos" que a lei faculta, no sentido de que o ensino e a ciência portugueses não sofram consequências irreparáveis das arbitrariedades fascistas. Isso nos indica que não devem deixar-se sem explicação as opiniões simplistas dos que apreciam as reintegrações como o resultado de uma "reconsideração"-melhor informada de Salazar ou um favor mais ou menos pessoal aos reintegrados, cujas vidas desinteressadas ao serviço da Ciência e do bem do País estão acima de quaisquer apreciações levianas ou mal intencionadas. A reintegração dos quatro professores é uma vitória, ainda que parcial, para a cultura portuguesa. Se os intelectuais, se os estudantes, se todos os amigos de um Portugal feliz e culto, persistirem nos seus esforços, essa vitória pode alargar-se.

=====

(vem da página nº 14)

dial. Entre esses países encontra-se Portugal. Desde a primeira hora da guerra contra o fascismo hitleriano, que os democratas portugueses entendem que o seu país não pode nem deve alhear-se de todos os esforços organizados no sentido do esmagamento do maior inimigo dos povos, da sua liberdade, do seu bem-estar e da sua dignidade. Em mais de um momento, fizeram declarações públicas a este respeito.

Desde que a vitória das Nações Unidas começou a apontar e surgiram os primeiros passos no sentido da criação de uma organização das nações democráticas do Mundo para defesa da Paz e da Democracia - logo os democratas portugueses mostraram não apenas a sua simpatia por tal organização, querida aos seus ideais, mas consideraram a participação de Portugal nela, absolutamente indispensável para a existência do nosso País, se ela havia de ser, como a queremos, livre e digna. Por isso mesmo, logo proclamaram que só um Portugal democrático poderia ter entrada naquele conjunto de Nações. Tudo o mais, obtido por favor ou manobra, criaria para o nosso País uma situação de tolerado, incompatível com a nossa dignidade nacional, e perigosa para a própria sanidade da ONU. Com efeito, a entrada de um país de governo fascista numa organização de Nações livres, destinada à defesa da Paz e da Democracia, representaria a criação de uma quinta-coluna ali dentro, o que os próprios estatutos da ONU pretendem evitar, quando determinam que os países aderentes se devem reger por princípios democráticos.

É possível que Salazar pretenda com mais alguma manobra no género da do Outubro de 1945, criar a fachada "democrática" que lhe falta.

Os democratas portugueses, aproveitando todas as facilidades, por mínimas que sejam, de esclarecerem todo o povo português de quais os objectivos de Salazar, não colaborarão em qualquer mistificação que vise pôr em risco quer a finalidade da ONU, quer objectivo mais imediato para a libertação do povo português: eleições livres.

Por isso, continuarão a lutar por um Portugal democrático, por um Portugal em que se realizem eleições livres, por um Portugal que possa estar na ONU, a colaborar com as outras nações livres, na obra grandiosa do estabelecimento da Paz e da defesa da Democracia.

=====

(vem da página nº 16)

balho". Proprietário da "Quinta do Valado" (Pêso da Régua, Poiares e Vilarinho dos Freires) Proprietário da "Quinta das Nogueiras". Pertence ao Conselho Fiscal da CP. É vice-presidente da Câmara Municipal do Porto; presidente da Assembleia Geral do "Grémio dos Exportadores do Vinho do Porto".

DR. CINCINATO DA COSTA - Pertence ao Conselho de Administração do colosso agrícola que é a Companhia das Lezírias.

Como não pensar que tais homens hão-de procurar, sobretudo, defender os interesses da grande lavoura, tantas vezes contra os da média e pequena e contra o bem estar nacional?

NOTÍCIAS DA VIDA INTERNACIONAL

O FASCISMO FOI DERROTADO NOS CAMPOS DE BATALHA, MAS CONTINUA A SER UM PERIGO PARA A LIBERDADE DOS POVOS.

Em 1945, quando do esmagamento militar das forças armadas nazi-fascistas, houve muito quem supuzesse que a Humanidade estava para sempre liberta do inimigo que se dispusera aos mais repugnantes crimes e à mais sangrenta das guerras, para que pudesse dominar o mundo inteiro. Não viam essas pessoas que uma tarefa enorme, terrivelmente penosa, persistente, se abria ante as forças da Democracia, para que esta pudesse, enfim, trazer aos povos o bem-estar e a Liberdade porque ansiavam.

Nos vários países da Europa, antes ocupada pelos nazi-fascistas, procedeu-se a medidas de democratização que, mais completas nuns lados, quase só de fachada noutros, não eliminaram, definitivamente, os perigos provenientes dos manejos, provocações e conspirações de responsáveis directos e indirectos da última guerra assim como dos cúmplices em crimes praticados durante a ocupação. Por isso, ante medidas de democratização menos completas nuns pontos quase nulas noutros se estabeleceu uma gigantesca conspiração internacional, que, com o apoio de alguns sectores mais reaccionários dos Estados Unidos e da Inglaterra, pretendia trazer à Europa, arruinada pelo nazismo a guerra civil, tentativa de restabelecimento dos fascistas no Poder, prenúncio certo, desde que alcançado, de uma nova guerra, que traria à Humanidade os mais cruéis sofrimentos e destruições inconcebíveis. Felizmente, as forças democráticas que até aqui, em muitos casos, não foram suficientemente rigorosas para com os seus inimigos, conseguiram, pela sua vigilância, deter as manobras criminosas dos fascistas que, em muitos pontos, se apresentam, tais como Salazar, o democrata-orgânico e Franco, o democrata-cristão, acobertados com os títulos simpáticos de democratas, partidários da Liberdade, etc.

A extensão das conspirações descobertas mostra que os maiores perigos se ocultam para os povos democráticos e permitem compreender o optimismo que, de certa altura em diante, começou a correr nos arraiais salazaristas e fez dizer, por mais de uma vez ao ministro do Interior, que se os democratas portugueses queriam "fazer alguma coisa", era agora, porque embreve seria tarde.

Efectivamente, se a França, a Itália (onde as manobras monárquicas e as forças reaccionárias de yugoslavos monárquicos e criminosos de guerra, polacos dos "fantoques" de Londres apenas reconhecidos no mundo por Franco e Salazar constituem um grande perigo); se a Tchecoslováquia e todos os países da Europa Central e oriental, assim como a Finlândia - fossem dominados pela conjura fascista, bem poderia o fascismo criminoso e sem pátria considerar que ganhara a guerra. Bem podiam Salazar e os que o apoiam inteiramente na sua política, dar palmas confiantes ante o que estava para aparecer. Cúmplices da conjura internacional fascista, como o foram daquela outra que resultou na conquista da Espanha democrática pelas tropas nazi-fascistas auxiliadas pelos traidores da quinta coluna chefiada por Franco - Salazar e os seus mais directos acólitos viam que se aproximava o momento em que poderiam entrar na repressão cruel, exterminadora dos democratas portugueses. Assim como nos anos da guerra hitleriana, o povo português e os seus filhos mais queridos, os democratas portugueses, puderam subsistir, graças à luta abnegada, aos sacrificios gigantescos dos exércitos das Nações Unidas e dos destacamentos de patriotas-guerrilheiros por toda a Europa, assim hoje, novamente devida à vigilância, à luta das forças democráticas a possibilidade de conservarem as suas vidas e alcançarem o triunfo que a sua luta esforçada e unida lhes não-de, por fim, conseguir.

=====

PORTUGAL E A SUA ENTRADA NA ONU

No próximo mês de Setembro, a Organização das Nações Unidas retomará a questão das candidaturas de certos países a membros daquela organização mun-

Quem são eles...

Temos apresentado, e continuaremos a apresentar, pequenas notas sobre os verdadeiros dirigentes do nosso País. Na sua brevidade, essas notas mostram como um punhado de banqueiros e homens de negócios dos mais variados, monopoliza o poder público e a administração de toda a vida nacional, em exclusivo proveito.

Quando dizemos que o Sr. X é director da Companhia Y, e Z tem estes e aqueles cargos, não atacamos, porque não temos porquê, a existência dessas companhias e desses cargos. Salientamos que um grupo extraordinariamente pequeno e perigoso de inimigos da Pátria tomou posse da direcção do Estado Português e daí, pelas mais emaranhadas combinações, medidas e negociações, atacam em seu proveito os interesses nacionais, os interesses da continuidade nacional, os interesses da grande maioria da população do País. Nós queremos salientar, assim, que os monopólios políticos e económicos são irmãos siamezes e que a liberdade política do povo português é incompatível com a existência dos monopólios, as manobras financeiras, a defeza obstinada dos interesses ilegítimos de umas dúzias de privilegiados fascistas contra o interesse de toda a Nação.

Como pode ser defendido o interesse nacional na Assembleia Nacional por deputados como Bustorf da Silva, com um cartão de negócios como o que se segue?

ANTONIO JUDICE BUSTORF SILVA

=====

Pertence ao Conselho de Administração das seguintes empresas: Sociedade Portuguesa de Seguros; Sociedade Metropolitana e Colonial de Construções, Ltd^a.; Companhia Agrícola do Cazengo; Companhia Agrícola de Angola; Sociedade Civil do Casal Garcia da Horta; Antiguidades França, Ltd^a. Pertence à mesa da Assembleia Geral das seguintes empresas: Banco Lisboa & Açores; Companhia Colonial de Navegação; Sociedade Portuguesa de Carbonização ERIL; CP; Companhia Ultramarina de Petrólios; Empresa Geral de Transportes; Empresa Mineira do Lena; Companhia de Máquinas Comerciais; Electrometalurgica Portuguesa; Companhia de Cabinda; Companhia das Fábricas de Cerâmica Luzitânia; Companhia Africana de Petrólios; Automática Electrica Portuguesa. É, além disso, Presidente da Assembleia Geral da Empresa Comercial e Industrial de Pesca e fazia parte da Comissão de Vencimentos da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta. Presidente da Assembleia Geral do Automóvel Clube de Portugal.

Como acreditar, por exemplo, nas razões com que defendeu a politica monetária do governo, se nos estamos a lembrar que algumas das empresas de que faz parte podem ter um interesse particular nessa defeza?

Como acreditar na isenção com que apreciem e votem ou proponham medidas na Assembleia Nacional deputados como João Garcia Nunes Mexia, Jorge Viterbo Ferreira ou o Dr. Cincinato da Costa?

JOÃO GARCIA NUNES MEXIA

=====

Presidente da Assembleia Geral da Cia. de Criação e Comércio de Gados; Presidente da Associação da Agricultura Portuguesa; Vice-presidente da Sociedade de Ciências Agronómicas. Presidente da Junta de Produtos Pecuários. Lavrador e Ganadeiro em Mora. Proprietário rural no concelho de Alenquer (Ota) e em vila Nova da Rainha.

JORGE VITERBO FERREIRA

=====

Pertence ao Conselho de Administração das seguintes empresas: Cia. Agricola e Comercial dos Vinhos do Porto (Ferreirinha); Cia. de Seguros "C Tra-